



"A Política de Deus": refletindo religião e política na América do Norte

"God's Politics":
reflecting religion and Politics in America

Por Daniela Senger
Mestranda em Teologia (EST)
Bolsista CNPq
danysenger@yahoo.com.br

Resumo

O presente artigo aborda a relação entre religião e política no contexto específico da América do Norte. Será referencial teórico central deste trabalho a obra do autor estadunidense Jim Wallis, teólogo evangélico que escreveu "*God's Politics*" ("A Política de Deus"), lançado logo após a acirrada eleição presidencial americana no ano de 2004. A primeira parte do estudo versará uma contextualização das eleições presidenciais de 2004 ocorridas nos estados Unidos, além de uma breve elucidação conceitual dos termos "religião" e "política". Outrossim, enraizaremos a questão de como nossa fé influencia a nossa política, abordando a política profética como uma nova opção no cenário americano, e, por fim, partiremos para uma reflexão em torno dos valores espirituais e a política no Estados Unidos. A obra de Wallis se alicerça na ideia de que as comunidades religiosas e o governo federal devem se valer de valores das tradições proféticas, tais como justiça, paz, meio ambiente, qualidade de vida, consistência ética de vida e família. Destarte, Wallis ressalta que a separação entre Igreja e Estado não assume uma elucidação de valores religiosos e morais da esfera pública, mas, pelo contrário, tais valores podem ajudar a dar forma à política da nação.

Palavras-chave

Religião. Política. Estados Unidos da América. Jim Wallis. Política profética.

Abstract

This article discusses the relationship between religion and politics in North America. The main theoretical framework of this paper is the work of the American author Jim Wallis, an evangelical theologian who wrote the book "*God's Politics*", released shortly after the fierce U.S. presidential election in 2004. The first part of the study will address a contextualization of 2004's presidential election occurred in the United States, furthermore, a brief conceptual clarification of the terms "religion" and "politics". Moreover, we will reflect on how our faith influences our politics, addressing the "prophetic politics" as a new option, and finally we will reflect on spiritual values and politics in America. Wallis's work is founded on the idea that religious communities and the federal government should take advantage of the prophetic traditions of values such as justice, peace, environment, quality of life, consistent ethic of life and family. Thus, Wallis points out that the separation between church and state does not assume an elucidation of religious and moral values in the public sphere, but rather, these values can help shape the nation's politics.

Keywords

Religion. Politics. USA. Jim Wallis. Prophetic politics.

Introdução

O presente artigo aborda e reflete religião e política no contexto específico da América do Norte/EUA. O referencial teórico principal deste trabalho é a obra do autor estadunidense

comprometido com a promoção de reflexões amplas na área. Jim Wallis é um teólogo evangélico que escreveu inúmeros livros e posicionamentos acerca do tema. Seu livro titulado "*God's Politics*" ("A Política de Deus: por que a direita entende de maneira errada e a esquerda não entende") foi lançado logo após a acirrada eleição presidencial

americana no ano de 2004. Muitas comunidades religiosas, sociais e indivíduos tomaram sua obra em mãos e discutiram suas opiniões e ideias. Wallis tem uma visão crítica e responsável acerca do assunto. É um autor que ousa, com habilidade e articulação bem fundamentada e respeitosa, afirmar que o partido da direita pensa que seu modo de articulação é concomitante com o agir de Deus, enquanto o partido da esquerda acredita em uma separação entre valores religiosos e uma liderança política moralmente alicerçada. Assim, Wallis ressalta que a separação entre Igreja e Estado não assume uma elucidação de valores religiosos e morais da esfera pública, mas, pelo contrário, tais valores podem ajudar a dar forma à política da nação. A obra de Wallis chama as comunidades religiosas e o governo federal a enriquecerem-se com os valores das tradições proféticas, tais como justiça, paz, meio ambiente, qualidade de vida, consistência ética de vida e família.

A primeira parte do estudo versará uma contextualização das eleições presidenciais de 2004 ocorridas nos estados Unidos e, também, uma breve elucidação dos termos “religião” e “política”. A seguir, enraizaremos a questão de como a nossa fé influencia a nossa política, abordando a política profética como uma nova opção na América do Norte, e, por fim, laborar-se-á uma reflexão acerca dos valores espirituais e a política na América do Norte.

“A Política de Deus”: refletindo religião e política na América do Norte¹

“Dizer um não, às vezes, é bom, mas mostrar uma alternativa é melhor. Protestar não é o suficiente; é necessário indicar um caminho melhor.”
(Jim Wallis)

Contextualização e reflexões pós-eleições 2004

Durante a campanha eleitoral estadunidense de 2004, a religião foi um dos assuntos altamente abordado, observado e discutido. Houve, em todos os estados e classes sociais do país, pessoas

divididas entre a discordância em atacar o Iraque e o discurso cristão e firme do candidato George W. Bush. Ouviam-se prós e contras, aversões e concordâncias quanto ao modo como os candidatos estavam encaminhando seus discursos durante a campanha e nada foi poupado. O passado, o presente e o futuro da nação vieram à tona de modo avassalador em 2004.²

Assim, é possível imaginar quantos “partidos” e lados foram tomados e emergiram nessas eleições. Nomear-se-ia cristão aquele que apoiasse o candidato republicano? Ou seria o candidato do partido democrata o mais “apropriado” para um cristão praticante? A partir dessas conclusões, explodiram inúmeras campanhas de conscientização e alerta. Uma das petições alicerçadas na revista “*Sojourners*” dizia: “Deus não é democrata, nem republicano”. Religiosos da direita nomearam G. W. Bush como sendo o “candidato de Deus”, o único candidato que um “cristão de verdade” poderia vir a escolher como seu representante político. A revista veio a dizer, com sua campanha contra esta “rotulação e partidização de Deus”, que pessoas de fé votariam em ambos os candidatos. Viu-se, após a publicação dessa campanha, um diálogo acirrado sobre o assunto em todo o país.³

Os candidatos recorreram aos seus valores cristãos na hora do discurso, e, de certo modo, ultrapassaram barreiras entre Igreja e Estado. Em um dos casos até sugeriram deveres religiosos que incluíam um acesso às listas de membros de congregações cristãs ao partido local. Em alguns estados, o partido republicano enviou cartas aos membros de congregações cristãs, deixando saber que caso o partido democrático vencesse as eleições, banalizaria a Bíblia e consumaria casamentos entre homossexuais. Este foi apenas um dos muitos momentos em que partidos políticos tentaram manipular religiões para beneficiar sua própria agenda política, desrespeitando milhares de pessoas crentes, cuja opinião diferia e difere da imposta.⁴

¹ WALLIS, Jim. *God's Politics*. New York: Harper Collins Publisher, 2005.

² WALLIS, 2005, p. 07-08.

³ WALLIS, 2005, p. 08-09.

⁴ WALLIS, 2005, p. 09.

Claramente, muitos americanos encontravam-se confusos quanto ao relacionamento que o governo, a política e a religião protagonizava no país⁵, não sendo estes a exceção, visto que a questão é igualmente vigente em muitas outras sociedades e países, e disto parte nosso interesse pela pesquisa aqui proposta.

Conceituando religião & política

Neste momento, julgamos necessária uma breve elucidação terminológica destes termos: O que se entende por política e religião?

Política

“Política é a arte de fazer possível aquilo que é necessário.”

(Paul Valéry)

“Política é uma atividade na qual a escolha se dá constantemente entre dois males.”

(Michael Paizane)

“Política é um reino povoado somente por vilões ou heróis, no qual todas as coisas são brancas ou pretas, e cinza é cor proibida.”

(John Mason Brown)

O cientista político britânico Bernard Brick fala da função e significado da política em uma república:

Política é conservadora – preserva o benefício mínimo da ordem estabelecida; política é liberal – é composta de liberdades particulares e requer tolerância; política é socialista – providencia condições para alcançar mudança social através da qual grupos podem vir a sentir que têm uma participação equitativa na prosperidade e sobrevivência da comunidade. Política não apenas segura o forte; ela cria uma comunidade próspera e poliglota fora das paredes do castelo. Política é um modo de governar em sociedade dividida sem violência indevida. (...) Éticas políticas não são um tipo inferior de atividades éticas, mas um nível de vida ética completamente contida em si mesma e completamente justificável. Política não é apenas um mal necessário, é um bem realístico. A atividade política é um tipo de atividade moral, livre, criativa, flexível, apreciável e humana; ela pode criar um senso

⁵ MARTY, Martin E. *Politics, Religion and the Common Good*. San Francisco: Jossey Bass Publisher, 2000. p. 7-8.

de comunidade, mas ainda não é, por exemplo, um escravo do nacionalismo; ela não clama solucionar todos os problemas ou fazer todos os corações tristes se alegrarem, mas ela pode ajudar, de algum modo, praticamente todas as coisas e, onde ela é forte, pode prevenir as vastas crueldades e enganos da regra ideológica.⁶

Ao buscarmos uma conceituação do termo “política”, é útil partir do pressupondo de que nossa definição provém de um ponto de vista a partir de dada sociedade e que tal pensamento não pode ser uniformizado.⁷ Diz-se que política originalmente significa a interação de cidadãos na *polis*⁸ – cidade, cidade-estado.⁹ Aristóteles diz que o ser humano é por natureza um animal político, isto significa que, como seres humanos, estamos em constante interação racional com outros seres humanos na comunidade, na *polis*, de modo que ordenamos a vida comunitária em vistas do bem comum.¹⁰

Religião

“A voz da mais profunda experiência humana.”

(Matthew Arnold)

“Uma fase da total interação das pessoas com o mundo objetivo da natureza, com a sociedade organizada e com a tradição acumulada de um passado histórico.”

(William Camdem)

“Uma neurose obsessiva universal.”

(Sigmund Freud)

“O sentir de algo que transcende o esperado ou o natural.”

(William James)

“O ópio do povo.”

(Karl Marx)

O teólogo estadunidense Martin Marty traz uma interessante abordagem da religião e a conexão desta com a política. Primeiramente, ele observa

⁶ MARTY, 2000, p. 5.

⁷ WOGAMAN, Philip J. *Christian Perspectives on Politics*. Philadelphia: Fortress Press, 1988. p. 10.

⁸ WOGAMAN, 1988, p. 11.

⁹ GINGRICH, F. W. *Shorter Lexicon of the Greek New Testament*. Chicago & London: The University of Chicago Press, 1965. p. 178.

¹⁰ WOGAMAN. 1988, p. 11.

que estudiosos jamais chegarão a um consenso epistemológico único quanto à religião. Marty traz cinco traços que iluminam e estabelecem fronteiras em torno do termo “religião”. A seguir, passamos a refletir rapidamente estes “cinco traços da religião”, de acordo com vários pontos de vista e a partir de contextos diferenciados.¹¹

1. Religião revela a nossa “preocupação última”: conforme o teólogo alemão Paul Tillich, a religião tem como foco a nossa “preocupação última”, ou seja, aquilo com o que eu mais me preocupo; aquilo pelo qual eu tomo maior cuidado e me dedico com esmero, e, inclusive, aquela causa pela qual eu morreria. A partir desta concepção de “preocupação última”, Tillich nos deixa entender que a religião pode vir a ser qualquer crença que parta do propósito e significado da existência humana.¹² Marty ressalta que a preocupação última também tem relação direta com a política e o governo, isto porque a política apresenta questões que podem tanto revelar quanto esconder a “preocupação última” de um indivíduo. Quando a política e o governo se deparam com questões tais como a responsabilidade para com o pobre, quanto dinheiro deve-se aplicar no militarismo, a questão da liberação ou não do aborto, bem como muitas outras perguntas morais, devem levar em conta a diversidade de “preocupações últimas” dos cidadãos, pois quando estes buscam responder tais perguntas políticas, irão recorrer às suas “preocupações últimas” antes de decidirem.¹³

2. Religião constrói comunidade: “a preocupação última não aponta sozinha para uma compreensão tradicional da religião, visto que o termo é amplo demais para abarcar a diversidade de compromissos que geralmente são englobados na religião”.¹⁴ O construir comunidade é outro traço que definimos dentro da religião. Moisés (Êxodo 3: 5) recebe um chamado de Javé para liderar o seu “povo”. Javé quer pessoas religiosas que se tornem um povo, uma ordem social, uma comunidade. Na nossa era contemporânea, a religião comumente pode se estabelecer de forma individualizada, mas

ainda prevalece a forma social de religiosidade. Este instinto de formar comunidade reflete-se diretamente na esfera política, várias pessoas sentem-se chamadas a agir e engajar-se na vida pública devido a sua participação numa comunidade religiosa.¹⁵

3. Religião apela para “Mitos” e “Símbolos”: pessoas religiosas envolvem-se e discutem sobre fatos da vida pública, mas, além disso, são enormemente influenciadas por mitos e símbolos. Aqui, o mito vem como um “meio extraordinário de exprimir uma verdade”, e não como uma ficção irreal. Mitos são de grande ajuda no organizar de uma comunidade, visto que têm o dom de atingir o coração do fiel. Marty pergunta se o relato da criação do Gênesis, por exemplo, não é, realmente, uma melhor orientação para a vida do que as teorias do *Big Bang* ou as explicações evolucionistas da origem humana.¹⁶

Da mesma forma, caracteriza-se o símbolo. Há múltiplos exemplos de símbolos que expressam uma mensagem “especial e surpreendente” de determinada religião ou fé pessoal (Estrela de Davi, a Cruz, Refeição Sagrada, entre outros). Na política, de maneira alguma, descarta-se o uso de mitos e símbolos, pois “o poder de histórias que vem em forma de mitos e os sinais que vem em forma de símbolo” têm a capacidade de motivar, vincular e impelir as pessoas à ação e decisão.¹⁷

4. Religião é reforçada através de ritos e cerimônias: a circuncisão dos meninos, o Batismo, a conversão declarada, o casamento e o funeral são alguns dos diversos ritos religiosos existentes. Ritos e cerimônias são desejos de transformar um ato ordinário em um evento que revele uma importância muito elevada e interessante. Na política, também se vivenciam rituais e cerimônias, especialmente a comemoração de importantes fatos históricos.¹⁸ “Ritos e Cerimônias ajudam um grupo de pessoas a formarem e permanecerem uma comunidade coerente.”¹⁹

¹¹ MARTY, 2000, p. 10.

¹² TILLICH, Paul. *Systematic Theology*. Chicago: University of Chicago Press, 1951. v. 1. p. 11-14.

¹³ MARTY, 2000, p. 10-11.

¹⁴ MARTY, 2000, p. 11.

¹⁵ MARTY, 2000, p. 11-12.

¹⁶ MARTY, 2000.

¹⁷ MARTY, 2000, p. 12-13.

¹⁸ MARTY, 2000, p. 13.

¹⁹ MARTY, 2000, p. 13.

5. Religião demanda certos comportamentos de seus aderentes: geralmente, as diferentes religiões exigem certas ações e comportamentos de seus fiéis. Em certos casos, há consequências a partir da não observância destas exigências. O verbo “dever” é totalmente taxativo. “Você deve ir à missa”; “você não deve ingerir bebidas alcoólicas”; “você não deve comer carne suína”; “você deve fazer uma peregrinação à Meca”, etc. Quanto maior a exigência da denominação religiosa, maior será a fronteira que a pessoa crente construirá em torno de si e de outras pessoas que não partilham da mesma crença. Na política, não deixa de ser diferente, especificamente no que tange as leis políticas apoiadas pelos governantes. O não cumprimento das leis por parte do cidadão acarretará em pena aplicada.²⁰ “Cidadãos que transgridem certas regras podem ser acusados/as de traição – a forma política de heresia”.²¹

Assim, percebe-se que a política e a religião são unicidades que se entrelaçam de forma mútua na vida pública de uma nação. A seguir, queremos refletir sobre as influências da religião do indivíduo na política.

De que forma a sua fé influencia a sua política?

“A Política de Deus, muitas vezes, não é a mesma que a política do Povo de Deus. A questão real não é se a fé e a religião devem influenciar uma sociedade, mas a questão é como ela deve influenciá-la”.
(Jim Wallis)

Segundo uma pesquisa estatística realizada no ano de 2003 pelo *Pew Research Center for the People and the Press*, 63% das pessoas entrevistadas que frequentam serviços religiosos votaram no candidato do partido republicano e 62% das pessoas que raramente ou nunca frequentam serviços religiosos deram seu voto ao candidato do partido democrático; mais tarde, esta pesquisa se evidenciou novamente real diante dos resultados das eleições presidenciais de 2004.²²

Partidários republicanos não apresentam dificuldades em falar abertamente sobre sua fé e valores, e, conseqüentemente, prometem que essa fé afetará diretamente a sua política, mesmo que isto seja apenas mais uma promessa de campanha. Do outro lado, estão os democratas que não se mostram à vontade para falar sobre assuntos concernentes à religião e, ao assumirem que são pessoas crentes, não admitem a ideia de que a fé venha a interferir em suas visões e opiniões políticas. A maioria dos democratas pensa que a fé é totalmente privada e que suas implicações não têm relação direta com a vida pública. Jim Wallis é crítico neste tocante: “Que tipo de fé é está? Onde estaria a América se o Reverendo Dr. Martin Luther King tivesse mantido sua fé somente para si?”²³

O discurso religioso geralmente fica, então, contido nas mãos dos republicanos, cuja agenda é cíclica: Dez Mandamentos na vida pública, casamento entre pessoas do mesmo sexo, oração pública na escola e aborto. Sabe-se, pois, que todos os assuntos citados acima são questões (morais) deveras importantes, mas o reducionismo é um erro. A fé traz implicações em muitas outras áreas, como por exemplo, os “imperativos bíblicos de justiça social, o Deus que exalta o pobre, o Cristo que disse: Abençoado é aquele que promove a paz”.²⁴

Wallis opina que a fé de G. W. Bush é real e pessoal. Ele se preocupa com o pobre e oprimido, mas o autor também afirma que Bush é, muitas vezes, culpado pela sua má teologia. Com relação à pobreza, o ex-presidente americano acredita em um Deus de caridade e não em um Deus de justiça, sua teologia tornou-se ainda mais perigosa depois dos ataques de 11 de Setembro de 2001. Seus discursos apaixonados defendiam a correta administração da guerra contra o terrorismo e a controversa guerra no Iraque e, ao mesmo tempo, acusavam a voz de John Kerry como sendo fraca e indecisa com relação à segurança do país.²⁵

John Kerry, ao perceber o peso que a fala religiosa estava tendo nas eleições, também

²⁰ MARTY, 2000, p. 13-14.

²¹ MARTY, 2000, p. 14.

²² WALLIS, 2005, p. 56.

²³ WALLIS, 2005, p. 57.

²⁴ WALLIS, 2005, p. 58.

²⁵ WALLIS, 2005, p. 13.

começou a por em ação falas baseadas em sua fé cristã. Esta foi a fala de Kerry em uma Convenção Nacional Batista:²⁶

Não é suficiente, meu irmão, dizer que você tem fé quando não existem ações (...) Fé sem obras é morta. (Carta de Tiago). Como vocês sabem, meus amigos, nós somos ensinados a caminhar pela fé. Quando olhamos ao nosso redor – quando olhamos as vizinhanças, vilas e cidades em todo este país, vemos que a fé está sendo deixada de lado e há muitas ações para serem concretizadas. Há empregos para serem criados. Vemos famílias que necessitam abrigo. Vemos violência para extinguir. Vemos crianças para ensinar – e crianças para cuidar. Vemos muitas pessoas sem plano de saúde e muitas pessoas afrodescendentes sofrendo e morrendo com doenças como HIV e AIDS, câncer e diabetes.²⁷

Não há dúvida quanto à capacidade de Kerry de expressar sua fé, mas Wallis critica o fato de que Kerry, geralmente, formava seu discurso de acordo com o público, ou seja, discurso baseado na sua fé pessoal, para uma comunidade de fé, e vice-versa.²⁸ Este modo de articulação corre o risco de se tornar artificial e meramente forçado.

Wallis conclui que a religião não deve ser posse exclusiva de republicanos ou de democráticos, mas deve, sim, questionar ambos. No núcleo de sua obra “A Política de Deus” (*God's Politics*) está o fato de que Deus é sempre pessoal e jamais privado. A partir desta observação, o autor questiona, no decorrer de todo o seu livro, a posição dos democratas que restringem a religião à vida privada e os republicanos que veem a religião exclusivamente em termos de “escolhas morais ou individuais” e “ética sexual”. Segundo Wallis, permitir que a direita defina o que é ou não um fator religioso é uma tragédia moral e política.²⁹

Historicamente, observa-se que a religião sempre fez e sempre fará parte da política na América do Norte/EUA. Presidente Lincoln expressou penitência coletiva e necessidade de perdão nacional depois da guerra civil; Martin

Luther King, na carta escrita na prisão de Birmingham, engajou o país na expressão de seus melhores ideais políticos e religiosos. Por outro lado, o uso de referências bíblicas para apoiar e justificar causas ideológicas é, muitas vezes, decepcionante nas duas esferas, política e religiosa. Acredita-se que a pergunta “Deus está do nosso lado?” é uma pergunta inapropriada, poder-se-ia perguntar exatamente o contrário: “Estamos do lado de Deus?”³⁰

Outro fato relevante é a existência de um grupo de fundamentalistas seculares que demonstra sofrer de uma falta de memória histórica ao tentar banir qualquer tipo de linguagem religiosa na esfera política ao afirmar que isto é totalmente adverso ao “Ideal Americano”. Se recorrermos à história, veremos que o sufrágio da mulher, a abolição da escravidão, a luta por leis para o trabalho infantil e o movimento por direitos civis foram acontecimentos e lutas enraizados e motivados por religiões. O erro maior que fundamentalistas seculares podem cometer é acreditar que a separação oficial entre igreja e estado é o mesmo que separação entre fé e vida pública.³¹

A doutrina americana sobre a separação entre igreja e estado proíbe o estabelecimento de qualquer religião oficial pelo estado, mas não proíbe a influência de valores religiosos na esfera pública. Em tempos de crise social, valores espirituais e religiosos podem contribuir para uma visão renovada sobre política. Ainda assim, não se pressupõe que as pessoas sejam afiliadas a instituições religiões para apreciarem tal contribuição, nem precisam ser pessoas religiosas de fato.³² “Uma nova política requer recursos espirituais de nossas melhores tradições morais e religiosas.”³³

O Evangelho chama às pessoas a não esconderem sua fé debaixo do tapete, como os fundamentalistas seculares desejam.³⁴ “A proposta da fé bíblica não está simplesmente em confortar

²⁶ WALLIS, 2005, p. 58.

²⁷ WALLIS, 2005, p. 58.

²⁸ WALLIS, 2005, p. 58.

²⁹ WALLIS, 2005, p. 60-61.

³⁰ WALLIS, 2005, p. 65.

³¹ WALLIS, 2005, p. 69-70.

³² WALLIS, Jim. *The Soul of Politics*. New York: New Press; Maryknoll: Orbis Books, 1994. p. 38-39.

³³ WALLIS, 1994, p. 39.

³⁴ WALLIS, 2005, p. 71

seus seguidores, mas está em transformar o mundo”³⁵, sem nunca se esquecer de equilibrar o respeito pela liberdade religiosa e garantir a democracia. Em uma sociedade democrática, o debate sempre deve girar em torno do bem comum.³⁶

Conclusivamente, citamos a nota final de Wallis quanto à influência da fé na política:

Não se pode exigir que as pessoas religiosas mantenham-se caladas, devem ser convidadas a participarem como cidadãs que têm direitos e obrigações de trazer suas mais profundas convicções morais para a esfera pública, em um discurso democrático quanto aos mais importantes valores e direções que darão forma à nossa sociedade.³⁷

Política profética – uma nova opção

Wallis observa:

Profecia não é falar sobre o futuro, mas articular uma verdade moral. Os profetas diagnosticavam o presente e apontavam o caminho para uma solução justa. A “tradição profética”, de todas as maiores religiões do mundo, é exatamente o que nós precisamos para abriremos nossas opções políticas contemporâneas, que estão, honestamente, falhando na tentativa de resolver nossos maiores problemas sociais. As opções ideológicas competitivas, entre as quais somos obrigados a escolher, estão em decadência quanto a compelir seus cidadãos comuns a um envolvimento na vida pública. Não queremos dizer que as pessoas não se importam, mas se sentem mal representadas e incapazes de votar em algo que expresse seus valores. Esta é uma crise política séria, e precisamos melhores opções.³⁸

Wallis traz aqui questões simples: “Como seria avaliar a nossa liderança política atual a partir dos valores dos profetas? O que aconteceria se afirmássemos que os valores são os objetos mais importantes para o futuro da política? E se propuséssemos uma ‘política profética’?”³⁹

O autor discorre sobre três tipos de opções políticas que se destacam no cenário público nos EUA: a primeira seria a política que é “conservadora” em todos os âmbitos; a segunda seria a política que é “liberal” em todos os âmbitos; e a terceira seria a chamada política “libertária”, que é conservadora quanto aos fatores econômicos e políticas internacionais e é liberal em termos morais e culturais.

A partir desta análise, Wallis identifica uma quarta e nova opção, aqui identificada como “política profética”. Esta estaria alicerçada na tradição religiosa profética, sendo tradicional quanto aos valores familiares, integridade sexual e responsabilidade pessoal, e, ao mesmo tempo, “progressista, popular e radical” quanto aos fatores relacionados à igualdade racial e de gênero, à pobreza e às políticas internacionais. Ali, estariam pessoas que se mostram pró-vida e pró-família sem serem anti-homossexualidade ou antiaborto; pessoas que se preocupam com questões morais, mas não se enclausuram somente nesta área, mas lutam e evidenciam real preocupação para com o pobre, para com os que sofrem preconceito racial, além de serem críticas quanto ao militarismo e fiéis defensoras do meio ambiente.⁴⁰ “No coração da quarta opção está um equilíbrio entre ética pessoal e justiça social. E ela chama aqueles que se recusam a fazer a escolha entre uma das duas,”⁴¹ e optam por ambas.

Todas as pessoas cristãs que desejam colocar sua fé em prática estariam engajadas nessa opção, bem como pessoas judias e muçulmanas que são guiadas pela sua fé ativa, e, outrossim, pessoas que não se consideram religiosas, mas “espirituais”. Enfim, todas estas, independentemente de sua filiação religiosa, seriam pessoas cidadãs que se consideram formadas por valores morais e que desejam refleti-los na política de seu país.⁴²

Essencial à “política profética” é o transformar e firmar alianças. Uma transformação do coração e uma revolução no espírito trariam novos comportamentos sociais e pessoais à sociedade. Este “firmar alianças” está no sentido de

³⁵ WALLIS, 2005, p. 71.

³⁶ WALLIS, 2005, p. 71.

³⁷ WALLIS, 2005, p. 71.

³⁸ WALLIS, 2005, p. 72.

³⁹ WALLIS, 2005, p. 71.

⁴⁰ WALLIS, 2005, p. 73-74.

⁴¹ WALLIS, 2005, p. 74.

⁴² WALLIS, 2005, p. 74-75.

restabelecer um senso comunitário que está quebrado e corrompido.⁴³

A “Política profética” traria uma linguagem que exalta o bem comum e não as divisões da sociedade atual e não seria o discurso repetitivo entre responsabilidade social e pessoal, mas uma junção de ambas em prol do bem comum.⁴⁴ A oposição de muitos americanos à guerra no Iraque é uma evidência antecipada de uma política profética.⁴⁵

A seguir, Wallis reflete sobre a escolha do candidato para o voto. Esta é considerada uma tarefa difícil. Como fazer a distinção entre uma escolha responsável ou uma escolha apenas simbólica? Parece que escolher entre o “menos pior” não funciona mais. Fato é que a fé da pessoa individual não pode permanecer trancafiada dentro de “paredes sagradas”, mas deve ser “sal e luz” no mundo. “Mudar o mundo é uma vocação da fé”⁴⁶. Escolher conscientemente os candidatos é uma parte desta missão profética em uma república democrática. Insignificante é a filiação religiosa ou denominacional do candidato, significativa é perceber como suas convicções morais e religiosas formam suas visões, comprometimentos e prioridades políticas. Wallis exorta: “Então, pense, ore e vote.”⁴⁷

Os valores espirituais e a política

A partir do referencial teórico principal deste trabalho, é visível que os valores espirituais, morais e sociais no campo político perpassam toda a obra. A partir deste ponto, o autor traz reflexões mais centradas nos valores espirituais e coloca-os em quatro partes: “Valores Espirituais e Relações Internacionais”; “Valores Espirituais e Justiça Econômica”; “Valores Espirituais e Problemas Sociais”; e “Valores Espirituais e Mudança Social”.

Considerando a temática dos valores espirituais, é interessante rever as contribuições relacionadas à fé cristã no primeiro capítulo da obra “A Política de Deus”. Wallis chama a um resgate da

fé, pois, em sua opinião, a fé de muitos foi “roubada”. É preocupante, principalmente, a interpretação errônea que se tem feito da fé cristã nos últimos tempos. A mídia e suas articulações passam (e criam) uma imagem e posição política cristã que não condiz com a natureza do ser cristão e tampouco com o Evangelho de Cristo. O autor critica e questiona o ato de relacionar a fé cristã como sendo pró-ricos, pró-guerras e pró-americanos e pergunta por um meio que possibilite o resgate da fé histórica, genuína e evangélica das garras destas errôneas concepções contemporâneas de cristianismo.⁴⁸

O conflito reside na esfera política, especialmente quando se escutam debates e pronunciamentos de pessoas influentes que se dizem “representantes” do cristianismo, mesmo que não estejam de fato revelando uma mensagem que traduza a opinião de todas as pessoas cristãs. O autor critica o significado da religião no âmbito público expressa pelos partidos da esquerda e direita. A direita foca seus discursos enormemente em torno de fatores morais, tais como o aborto e o casamento entre pessoas do mesmo sexo, enquanto fatores como justiça e paz ficam para segundo ou terceiro plano. O partido da esquerda, por sua vez, parece não entender ou perceber a relação que há entre estas articulações, e, erroneamente, considera a espiritualidade um fator descartável na busca por mudanças sociais.⁴⁹ Ou seja, Wallis transparece que há certa confusão de valores e posições religiosas, principalmente cristãs, que perpassa toda a sociedade americana.

Após os acontecimentos de 11 de Setembro de 2001, a sociedade americana perguntava-se “por que isto aconteceu conosco?” “Por que tantas pessoas no mundo nos odeiam?” O povo americano sentiu que sua invulnerabilidade tinha caído e ficado soterrada junto com as torres do *World Trade Center* e este sentimento fez com que o país voltasse a refletir sobre a sua ação e posição no mundo.⁵⁰ Para entender os ataques terroristas é necessário conhecer a fonte de ódio, mágoa e injustiça que milhares de pessoas no mundo sentem

⁴³ WALLIS, 1994, p. 48-49.

⁴⁴ WALLIS, 2005, p. 75-76.

⁴⁵ WALLIS, 2005, p. 77.

⁴⁶ WALLIS, 2005, p. 80.

⁴⁷ WALLIS, 2005, p. 80-81.

⁴⁸ WALLIS, 2005, p. 3.

⁴⁹ WALLIS, 2005, p. 3-4.

⁵⁰ WALLIS, 2005, p. 96.

com relação aos Estados Unidos, sem, no entanto, pregar uma legitimação ou justificação do massacre de tantas pessoas inocentes nos ataques de 11 de setembro. Ademais, se sabe que a raiz do terrorismo não é lutar por direitos humanos, mudança social e justiça econômica, mas é uma ambição religiosa que busca poder regional ou global, sem levar em conta valores de igualdade, liberdade, democracia e direitos humanitários. Wallis afirma que este acontecimento deve servir como aprendizagem e não um mero jogo de culpas.⁵¹

Desta visão também parte a constatação de que a guerra no Iraque foi um erro. Diz-se que o presidente cristão ignorou a opinião de milhares de cristãos em todo o mundo,⁵² os quais acreditavam que a guerra no Iraque seria um erro e uma ação totalmente desnecessária, incalculada e imoral, havendo outros modos de lutar contra o terrorismo além da guerra injusta, fria e cruel.⁵³

Jesus, em seu conhecido Sermão do Monte, diz que são bem aventuradas as pessoas pacificadoras, liderando-as para alternativas não violentas ou, ainda, para uma apurada aplicação dos princípios cristãos de guerra justa. É interessante lembrar-se do dito de Jesus quanto a julgar “outras” pessoas (Evangelho de Mateus). Jesus diz que não é recomendável olharmos para o cisco no olho da pessoa (inimiga), mas devemos, primeiramente, observar a trave que está no nosso próprio olho, trave esta que nos impede de enxergar claramente e nos tira a visão.⁵⁴

Nomear a face do mal na brutalidade dos ataques terroristas é boa teologia, mas dizer que eles são o mal e nós somos o bem é péssima teologia, o que pode gerar uma perigosa política internacional.⁵⁵

Para Wallis, a fé bíblica e as nossas tradições religiosas simplesmente não permitem que uma nação fique alienada diante da marginalização

social, pobreza, preconceito racial, guerras e não cumprimento dos direitos humanos das pessoas feitas à imagem de Deus. Estes são valores de amor, justiça, reconciliação e comunidade que Cristo veio ensinar, sendo tais valores centrais para a vida da pessoa cristã. Bastante baseado na tradição profética, Wallis proclama que a sociedade precisa assegurar a competência de seus líderes políticos, bem como as suas políticas, ao integrar suas convicções pessoais e morais na vida pública da nação.⁵⁶

Considerações finais

Jim Wallis nos traz uma reflexão a partir da realidade religiosa e política na América do Norte. Ele revela extrema preocupação quanto ao modo como esta relação dual é compreendida e se estabelece em seu país. Na obra “A Política de Deus”, cuja reflexão é analítica e crítica, o autor levanta uma série de questões quanto à consciência do povo americano com relação ao modo como se refletem os seus valores morais, éticos e religiosos no campo político em vistas do bem comum. Para o autor, acontece certo “erro de foco” nesse tocante: a direita está demasiadamente alicerçada em questões morais (aborto e o casamento homossexual) e a esquerda está sempre construindo paredes em torno de valores religiosos como se estes não tivessem a menor importância na formação da consciência do povo, ficando trancados atrás das paredes pessoais, sem se misturarem na esfera pública.

Wallis acredita que a nossa comunidade de fé deve ser o lugar onde nos motivemos a debater sobre fatores sociais e políticos almejando o bem comum de nossa vila, localidade, cidade e nação. Segundo ele, é missão profética da Igreja perguntar “por quês”. Neste sentido, o autor relembra ditos de Martin Luther King Jr.: “Igrejas não devem ser mestres de Estado”, e completa: “A Igreja não está para legitimar leis”. Ainda diz Luther King: “Igreja também não é serva do Estado”, e Wallis elucida: “A Igreja não existe para limpar as bagunças” (do estado). Conforme Luther King a “Igreja é a consciência do Estado”. “Consciência” perpassa todo o discurso de Wallis nesta relação entre as

⁵¹ WALLIS, 2005, p. 99-100.

⁵² Líderes religiosos ao redor do mundo enviaram cartas e pedidos ao presidente G. W Bush para que o líder repensasse a invasão armada no Iraque. Ver WALLIS, 2005, p. 113.

⁵³ WALLIS, 2005, p. 108-109.

⁵⁴ WALLIS, 2005, p. 16.

⁵⁵ WALLIS, 2005, p. 16.

⁵⁶ WALLIS, 2005.

esferas da religião e da política, da Igreja e do Estado.⁵⁷

O que temos aqui é uma batalha real entre os “Dois Reinos”, “os dois âmbitos de atuação de Deus”.⁵⁸ As relações dualísticas consabidas em qualquer esfera da vida também se concretizam aqui, tanto no norte, como no sul, tanto no ocidente, como no oriente. Há uma contraposição acirrada entre o Sagrado e o profano, a fé e a política, a Igreja e o Estado. Segundo Max Weber, o estado não pode ser definido a partir de seus objetivos, mas sim a partir dos meios que este usa para assegurar seus fins, especialmente quanto ao uso de força física. Weber pensa que o que define o estado é seu legitimado direito do uso da força e violência.⁵⁹ Neste ponto, é possível entender melhor o que M. L. King expressou ao dizer que a Igreja vem a ser a “consciência” do Estado.

Segundo Wallis, há muitas posições errôneas impostas a certas denominações religiosas, a saber, a cristã. Ele observa que, de certa forma, o cristianismo nos Estados Unidos é visto como uma “ideologia” que investe na guerra, no capitalismo e na hegemonia política, devido às confusões de papéis que acontecem no país: candidatos e líderes políticos usam sua fé pessoal (cristã) e sua denominação religiosa para fundamentar ataques armados em outros países, guerras justas, decisões quanto à conduta moral/ética e apologia ao capitalismo. Wallis expressa veementemente que tal posição não é eticamente cristã, e que, portanto, não se deve pregar tal falso discurso com vistas a um ganho pessoal e egoísta: poder (político, econômico e estatal). Sua opinião é crítica e dura: um cristão comprometido com o Evangelho não deve esquecer-se, por conta de ganância, soberba, fanatismos ou desejo de supremacia, daquele próximo que Jesus nos impele a amar, buscar e cuidar por causa da fé que temos Nele. Wallis é um cristão comprometido com a causa do Evangelho, que questiona a nação onde vive assim como aquele que questionou Jesus ao ouvir a parábola do bom samaritano: “quem é teu vizinho, América”?

Wallis corrobora que a “Fé em ação” pode se tornar uma violação da separação entre Igreja e Estado quando expressa para endereçar interesses de indivíduos ou grupos políticos e partidários. Todavia, a separação entre Igreja e Estado não assume uma elucidação de valores religiosos e morais da esfera pública, pelo contrário, tais valores podem ajudar a dar forma à política do país.

Conclui-se, que a separação entre Igreja e Estado não pressupõe uma alienação política e social por partes de fiéis religiosos, sejam eles seguidores de qual religião forem. A igreja age crítica e conscientemente ao levar em consideração suas raízes e sua fé diante das decisões e atuações políticas. Isto é discernir. Precisa saber colocar-se de pé ante aquilo que lhes “concerne incondicionalmente”, como nos fala sempre e novamente Paul Tillich. Precisa, outrossim, ter consciência de que não existe sociedade unânime, destarte, não há religião que conte com fiéis que concomitantemente se concernem de forma unilateral quanto a questões centrais da vida, moral e fé.

[Recebido em: outubro 2012 e
aceito em: dezembro 2012]

⁵⁷ WALLIS, Understanding Religion & Politics. *Christian Network Journal*, Oklahoma City, 2002. p. 21-22.

⁵⁸ ALTMANN, Walter. *Lutero e libertação*. São Paulo: Ática; São Leopoldo: Sinodal, 1994. p. 160-162.

⁵⁹ WOGAMAN, 1988, p. 11.